

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 050/051

CURITIBA, QUARTA/QUINTA-FEIRA, EM 19/20 DE MAIO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
TERMO DE ATA Nº 001
REALIZADA EM
19 DE MAIO DE 1999**

(quarta-feira)

O Senhor Presidente, Deputado Hermas Brandão, deixou de abrir a presente Sessão Ordinária por falta de quórum, conforme o disposto no artigo 88 do Regimento Interno, salientando a presença dos Senhores Deputados: Ângelo Vanhoni, Edgar Bueno, Irineu Colombo e Valdir Rossoni.

A seguir, o Senhor Presidente marcou outra Sessão Ordinária para quinta-feira, dia 20, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 073, 176, 199 e 209/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 255/98; 053, 122, 218 e 219/99.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/99.

Levanta-se a sessão.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 041ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
20 DE MAIO DE 1999**

(quinta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval

Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Pupprio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1003

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 223/99, que outorga competência ao Secretário de Estado da Fazenda para dispor sobre os parcelamentos de ICMS, concedidos com base na Lei nº 11.800.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1021

Senhor Presidente.

O Deputado que o este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 1014

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja anexado ao Projeto 174/99, os projetos 180/99 e 221/99, para que possam ser apreciados conjuntamente por disporem sobre matéria similar.

O referido pedido se justifica, pelo fato de que todos os projetos em questão, versam sobre os produtos geneticamente modificados (TRANS-GÊNICOS), sendo que os projetos posteriormente apresentados possuem contribuições importantes sobre a matéria, disciplinando-a de forma mais ampla e completa.

A anexação requerida objetiva evitar que a matéria seja aprovada de forma incompleta, ficando prejudicada a possibilidade de se elaborar uma lei mais abrangente.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(aa) IRINEU COLOMBO
PÉRICLES MELLO
NEREU MOURA
HERMES FONSECA
ÂNGELO VANHONI
WALDYR PUGLIESI e
ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 995

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento de Natal Razabone, ocorrido na data de hoje, em Borrazópolis-PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência à viúva, Sra. Mirian Razabone, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Brasil, 997 - Centro, CEP 86925-000, Borrazópolis-PR.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1005

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Dr. Rui Barbosa Corrêa Filho, ocorrido em 18 de maio último.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Carneiro Lobo nº 444 CEP 80240-240, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1023

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, envio de votos de pêsames à família do Senhor Dionísio Campana, falecido no dia 18 de maio último, na cidade de Foz do Iguaçu/PR, conforme justificam.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(aa) EDGAR BUENO

ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Dionísio Campana faleceu no último dia 18 de maio, na Cidade de Foz do Iguaçu/PR. Deixa viúva a Senhora Irene Vera Campana, os filhos Carmen Campana, Fábio Campana, Carlos Roberto Campana e Sílvio Antonio Campana, netos e familiares.

Militar reformado, atuou na construção da BR 277, que levou progresso àquela região do Extremo-Oeste, destacando-se como um dos pioneiros em Foz do Iguaçu. O Sr. Dionísio Campana foi um referencial de dignidade e honradez, desempenhando funções após aposentar-se como Provedor da Santa Casa Monsenhor Guilherme em Foz do Iguaçu.

Propomos o presente registro, por tratar-se de homem digno, honrado, que marcou época na comunidade de Foz do Iguaçu e do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 993

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que sejam inserido na Ata dos Trabalhos deste Poder Legislativo, voto de louvor à Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná - CIEADEP, pela realização do "2º Encontro das Entidades de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural - EDAEC".

Requer também que seja dada ciência à instituição homenageada, sito à Rua Almirante Tamandaré nº 364 Alto da XV, CEP 80050-230, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, que seja inserido na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de louvor à Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná - CIEADEP, pela realização do "2º Encontro das Entidades de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural - EDAEC".

O referido encontro foi criado no intuito de prestar esclarecimentos aos presidentes de instituições filantrópicas de todo Estado, que muitas vezes

desconhecem os procedimentos legais que envolvem a liberação de recursos bem como as prestações de contas das mesmas.

Nestes encontros, técnicos das Secretarias de Estado da Criança e Assuntos da Família, da Justiça e Cidadania, do PROVOPAR - Ação Social e do Tribunal de Contas do Estado, são convidados para proferir palestras, onde esclarecem as dúvidas dos presentes, orientando-os sobre a melhor maneira de gerir os recursos pela Estado.

Tendo em vista a importância do respectivo encontro, é que proponho que seja concedido o presente voto de louvor, à Comissão Organizadora do II Encontro das Entidades de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural - EDAEC.

REQUERIMENTO Nº 994

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de congratulação ao Pastor Ivo Luiz de Souza, pelo transcurso dos seus sessenta e nove anos.

Requer também que seja dada ciência ao homenageado, sito à Rua São Vicente, 168 - Centro, CEP 86026-030, Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Ivo Luiz de Souza, para qual proponho o presente voto de congratulações, nasceu em 19.05.1930, na cidade de Tapiratiba, Estado de São Paulo. Aos seis anos de idade mudou-se para o Estado do Paraná, onde mais tarde casou-se com a Senhora Jayr Cardoso de Souza Moreira. Em 26.06.1961, o Senhor Ivo Luiz de Souza, foi ordenado Ministro Evangélico, pela Convenção Estadual das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná.

O presente homenageado, é uma pessoa muito respeitada e conhecida no meio religioso. Atualmente preside a Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Londrina, onde realizou inúmeros trabalhos assistenciais de grande destaque em nosso Estado, além de organizar e presidir outras instituições filantrópicas em várias cidades que já pastoreou, tais como: Bela Vista do Paraíso, Florestópolis, 1º de Maio, Porecatu, Maringá, e Foz do Iguaçu.

Além da atividade pastoral na cidade de Londrina, o Pastor Ivo é atualmente o vice-Presidente da Convenção Estadual das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná - CIEADEP.

Por este legado deixado às novas gerações o Pastor Ivo, indubitavelmente, merece a admiração e

o reconhecimento de toda a sociedade, o que nos honra e motiva a presente congratulação.

REQUERIMENTO Nº 997

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de louvor, ao Senhor Alvaro Dias, Excelentíssimo Senador da República, pela proposição do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Nós que somos também legisladores, a nível de Estado da Federação, temos que reconhecer que o referido projeto de lei, apesar de tardio, vem fortalecer, de forma direta, o fomento do desenvolvimento da agroindústria.

Assim, como é sabido, o nosso País, desde há muito, carece de recursos que visem o desenvolvimento do setor agro-industrial que todos os dias, assiste a liberações, por parte do BNDES para "socorrer" a toda espécie de empreendedor, inclusive com grande monta aos Bancos Brasileiros e às Privatizações; agora com o estabelecimento de um limite mínimo (22%), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, também voltará suas ações para o desenvolvimento da Agroindústria.

Pelo grande impacto, que causará o citado projeto de lei, principalmente com o objetivo de desenvolver ações que possam fixar o homem do campo, espero contar com o apoio dos nobres colegas, para a presente proposição; proposição que vem coroar a ação individual de um grande Paranaense e agora Senador da República, o Sr. Alvaro Dias.

REQUERIMENTO Nº 999

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de parabéns ao Vereador Arnaldo Rodrigues da Silva, eleito Presidente da ACAMRIOS, Associação de Câmaras Municipais da Micro Região Onze.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1000

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após

ouvido o douto Plenário, o envio de voto de parabéns ao Vereador Deolindo Antonio Novo, eleito vice-Presidente da ACAMRIOS, Associação de Câmaras Municipais da Micro Região Onze.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1002

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de parabéns ao Vereador Manoel Renato Balbé Moreira, eleito 1º Secretário da ACAMRIOS, Associação de Câmaras Municipais da Micro Região Onze.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1004

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais das sessão de hoje, voto de congratulações a União Paranaense de Estudantes (UPE), alusivos a abertura do 37º Congresso, em Londrina, no próximo dia 28 de maio.

Requer ainda que do presente se dê ciência Senhor Joel Benin, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Presidente Carlos Cavalcanti, nº 1157, CEP 80510-040, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1008

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de votos de congratulações e muitos aplausos ao Jornal do Oeste, que comemora no dia 20 de maio de 1999, o 15º aniversário de fundação.

Requer ainda, seja oficiado à Direção do Jornal do Oeste, na pessoa do Editor Responsável, Jornalista Luiz Alberto da Costa, à Av. Parigot de Souza, 2.926, CEP 85904-270 - Toledo - Paraná.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Já por 15 anos o Jornal do Oeste vem se destacando em nossa imprensa, sendo realmente motivo de grande júbilo para toda a sociedade. Tem sido o veículo de comunicação pelo qual flui toda a inspiração da gente de Toledo e Região Oeste do Paraná.

Um jornal idealizador, que no entusiasmo pela região é reconhecido um denodado defensor

da sociedade, sempre contribuindo para o aprimoramento social e bem estar do cidadão, agindo com responsabilidade e fidelidade aos fatos, em defesa do desenvolvimento da região e sua gente. Presta enfim, relevantes serviços à comunidade em geral.

Respalhado por uma extraordinária credibilidade na opinião pública, merece e deve receber este registro de congratulação e muito aplausos do Poder Legislativo do Paraná, extensivo a todo seu corpo de funcionários e colaboradores.

REQUERIMENTO Nº 1025

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de mensagem de Congratulações ao Jornal O Informante, pela passagem do seu 1º aniversário de circulação em defesa de Matelândia e do Oeste paranaense, conforme justificativa exposta a seguir.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

Este requerimento propõe da Assembléia Legislativa ao Jornal O Informante, que vem se constituindo em mais um importante veículo de informação da imprensa paranaense. O periódico completou seu primeiro aniversário de circulação, no dia 23 de abril último, demonstrando em suas edições a mesma linha jornalística que pautou sua estréia, sempre divulgando notícias que interessam à sua gente e unindo forças em defesas das causas de Matelândia, que são também as causa de todos nós do Oeste paranaense.

Neste sentido, pedimos que tais congratulações sejam aprovadas e comunicadas aos idealizadores do Jornal O Informante, os Senhores Cesar Bergue, Ademar Reginatto e Aldori Reginatto, como as homenagens da Assembléia Legislativa do Paraná, estimulando-os que prossigam o brilhante trabalho que já demonstraram até o momento.

REQUERIMENTO Nº 998

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Cândido Manoel Martins de Oliveira, solicitando a criação e instalação de um Posto Oficial do DETRAN/PR., no Município de Jesuítas.

O referido Município, possui aproximadamente 4.000 (quatro mil) veículos cadastrados e movimenta mais de 2.000 (dois mil) processos ano e atualmente, conta somente com 1 (hum) funcionário, cedido pela Prefeitura, para dar atendi-

mento ao público, daí justificar-se o presente requerido.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1007

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviada moção de apoio ao Senhor Osmar Dias para o Ministério da Agricultura.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1009

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido da Sra. Sandra Regina Nunes, residente à Rua C nº 204 - Moradias Carote - Vila Pompéia, que pede a implantação do serviço de entrega domiciliar de correspondências no local em que reside. Já encaminhamos pedido para a Prefeitura para a denominação das ruas através de nosso Regimento LCM/AL/17.772/99 (cópia em anexo). Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 348-5944.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1010

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no Jardim Independência - Bairro Fazendinha, devido a ocorrência constante de assaltos. Os moradores do local encontram-se com medo e inseguros, uma vez que o local tornou-se muito perigoso. Pedem que o policiamento seja frequente e com a maior brevidade possível.

Sala das Sessões, em 20.05.99

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1011

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado

expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido da Sra. Maria das Dores da Silva, residente à Rua Miguel Lopes Filho nº 66 - Jardim Paraíso - Bairro Guatupê, que pede reparos na cobertura do Terminal do ônibus Afonso Pena, tendo em vista que as telhas encontram-se quebradas e quando chove os usuários ficam expostos à chuva. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 382-5615.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1012

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido da Sra. Maria das Dores da Silva, residente à Rua Miguel Lopes Filho nº 66 - Jardim Paraíso - Bairro Guatupê, que pede a troca de 02 (duas) lâmpadas queimadas, sendo 01 (uma) no poste da Rua Vanda Muhlsted Barbosa, em frente ao nº 1168 e outra nesta mesma rua, quase na esquina com a Rua Miguel Lopez Filho - Jardim Paraíso - Guatupê. Pede também a troca de várias lâmpadas na Rua Salomão Miguel Nasser entre as Ruas Vanda Nuhlsted Barbosa e Nery Soares, nesse mesmo bairro. As ruas encontram-se escuras à noite propiciando a ocorrência de assaltos. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 382-5615.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1013

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido da Sra. Maria de Jesus Santos, residente à Rua 4, Casa 59 - Bairro Namaré III, que solicita iluminação pública nesta rua. Devido a escuridão total do local o mesmo foi "apelidado de Vila Escura", propiciando os assaltos e roubos, intensificados nos finais de semana. Os moradores encontram-se apreensivos, motivo pelo qual a Sra. Maria de Jesus pede urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1018

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao DETRAN/PR, reforçando solicitação de cancelamento de multas aplicadas ao PROVOPAR Municipal de Paranaguá/PR.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O PROVOPAR Municipal de Paranaguá, recebeu extrato de autos de infração no valor total de R\$1.422,30 - todas aplicadas a veículo daquela Instituição Assistencial e que não eram de conhecimento da atual administração e também da administração anterior.

Como a Entidade não possui fonte de recursos própria e nem fins lucrativos, sendo local de atendimento aos mais necessitados, solicitamos ao DETRAN, através do processo protocolado sob nº 4.409.331-0, o cancelamento das referidas multas que constam em documentação anexa, para a qual solicitamos reforço deste Poder Legislativo Estadual.

REQUERIMENTO Nº 1019

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, reforçando solicitação de doação de sucatas que encontram-se em containers no Porto de Paranaguá para o COMAS - Conselho Municipal de Assistência Social de Parana-guá/PR.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O COMAS - Conselho Municipal de Assistência Social de Paranaguá, está passando por grandes dificuldades financeiras, agravadas pela difícil situação que o Município de Paranaguá vem enfrentando.

Há, no porto de Paranaguá, um processo para liberação de sucatas em containers que serão doados ao PROVOPAR/Secretaria da Criança e Assuntos de Família, e que posteriormente serão distribuídos à Entidades Assistenciais do Estado.

Como aquela Instituição também é muito carente, a mesma está solicitando a doação do produto, motivo de termos protocolado processo junto à Secretaria de Estado em pauta sob nº 3.945.439-4, para o qual solicitamos reforço deste Poder Legislativo Estadual.

REQUERIMENTO Nº 1020

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, reforçando solicitação de implantação do Projeto "Karatê - Píia no Esporte" para o Município de Jundiaí do Sul.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Jundiaí do Sul, localizado ao norte Pioneiro do Estado, objetivando incentivar a prática do esporte e lazer entre as crianças e adolescentes carentes do Município, solicita a implantação do projeto "Karatê - Píia no Esporte" naquela cidade.

Nosso Gabinete Parlamentar, protocolou com esta finalidade, processo junto à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, sob nº 4.049.329-8, para a qual solicitamos reforço deste Poder Legislativo Estadual.

REQUERIMENTO Nº 1022

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ministério da Educação e Ministério da Saúde, solicitando providências urgentes quanto ao repasse de verbas ao Hospital de Clínicas do Paraná, que passa por difícil situação financeira, ameaçado de paralisar suas atividades.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) ALGACI TULIO

Apoiamento:

Duílio Genari, Tiago Amorim Novaes, Aedmar Traiano, Marcos Isfer, Chico Noroeste, Basílio Zanusso, Tony Garcia, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Luiz Fernandes Litro, Cleiton Kielse e Ricardo Maia.

REQUERIMENTO Nº 1026

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Fazenda do Governo do Paraná, solicitando estudos no sentido de viabilizar iniciativa do Executivo Estadual excluindo as empresas engarrafadoras de água mineral da categoria de Substitutas Tributárias e incluindo as mesmas no Sistema Tributário Diferenciado às Micro e Pequenas Empresas - SIMPLES, pelos fatos que expõe na justificativa.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(aa) EDGAR BUENO,

ANTONIO BARATTER,

THIAGO AMORIM NOVAES e

VALDIR ROSSONI.

JUSTIFICATIVA:

Esta iniciativa requer ao Governo do Paraná, através do órgão competente, estudo no sentido de excluir as empresas engarrafadoras de água mineral da categoria de substituta tributária, mediante proposta do Executivo Estadual, com o propósito de que as mesmas sejam enquadradas no Sistema Tributário Diferenciado às Micro e Pequenas Empresas - SIMPLES.

A medida viria aliviar essas empresas da problemática que enfrentam, pois o Decreto 2.953, de 13 de março de 1997, aos instituir o SIMPLES, proíbe a opção aos contribuintes eleitos substitutos tributários à operação subsequente (art. 459). O Decreto 2736, de 05 de dezembro de 1996, enquadra as empresas engarrafadoras de água mineral como substitutas tributárias. Ou seja, obriga essas empresas a retenção e pagamento do ICMS relativo às operações subsequentes, ficando impedidas de optar pelo SIMPLES e sofrendo prejuízos em suas atividades.

Para melhor compreensão do problema, passamos a expor o seguinte exemplo: Micro empresa enquadrada no SIMPLES que fatura até R\$10.000,00 (dez mil reais), paga 1% (um por cento) sobre o faturamento; Micro empresa engarrafadora (não podendo optar pelo SIMPLES) que fatura até R\$10.000,00 (dez mil reais), paga R\$1.700,00 (um mil e setecentos reais) em ICMS + R\$2.380,00 (dois mil trezentos e oitenta reais) como Substituto - este valor tributado cobra do cliente.

Pelo acima exposto, dá para verificar como está impraticável tal atividade. Desta forma, este requerimento visa equacionar o problema, mediante iniciativa do Executivo Estadual excluindo as empresas engarrafadoras de água mineral da categoria de Substitutas Tributárias, passando as mesmas a possibilidade de enquadrarem-se no Sistema Tributário Diferenciado às Micro e Pequenas Empresas - SIMPLES.

REQUERIMENTO Nº 996

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, a transcrição nos anais desta Casa de Leis, de trecho da entrevista do Sr. Celso Furtado, a Revista "Visões da Crise", pertencente a Associação, Sindicato e Instituições dos Economistas Brasileiros, anexo ao presente.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

Projetos de Lei:**PROJETO DE LEI Nº 259/99**

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Jesuítas o imóvel denominado Área P-6-B, da subdivisão da área P-6, do loteamento da Cidade e Município de Jesuítas, cadastrado no registro Geral, sob o nº 8.583, com área de 852,15 m², bem como, a edificação de alvenaria existente no terreno.

Parágrafo Único - O imóvel de que trata o artigo 1º será utilizado pela Prefeitura Municipal de Jesuítas para acomodar as instalações e funcionamento do Departamento Municipal de Educação, Departamento do Trabalho e Relações do Emprego e Promoção Social, além de outros serviços municipais, sob pena da doação tornar-se, automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que nele existam ou que por ventura venham ser edificadas ao Estado do Paraná, ficando, ainda gravada, com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.05.99

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Jesuítas, tem necessidade para manter os bons serviços prestados à comunidade do município e região, desta doação que apresentamos através deste plano de Lei.

No imóvel já funcionam vários órgãos municipais, como o Departamento Municipal de Educação, Departamento de Trabalho e Promoção Social, com a situação do imóvel regularizada, poderá a Prefeitura Municipal de Jesuítas fazer novas edificações e melhor ocupar-lo com outros órgãos que necessitem de espaço físico para desenvolverem suas atividades em prol da comunidade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 260/99

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É obrigatório o Controle de Qualidade "OK" em todos os postos de combustíveis do Estado do Paraná.

Art. 2º - A Secretaria Especial para Proteção e Defesa do Consumidor e a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, através do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, em parceria, baixarão normas pra cumprimento desta lei, nas quais conste também:

- a) regularidade no Controle de Qualidade "OK";
- b) penalidades a serem impostas aos postos infratores, não só de multas, mas também de interdição;
- c) publicidade periódica nos postos com Controle de Qualidade "OK", bem como dos irregulares;
- d) taxação dos exames de Controle de Qualidade "OK".

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A liberação dos preços dos combustíveis, pelo Governo Federal, tem gerado conseqüências diversas para os interesses do consumidor em geral.

Em alguns municípios, como em Maringá, houve alta excessiva dos preços dos combustíveis. Em Curitiba, há reclamações dos usuários, com relação à qualidade dos combustíveis vendidos.

A situação do consumidor torna-se difícil, no que diga respeito a discernir, qual é o melhor combustível ou qual é o preço mais justo.

É evidente que esses produtos têm origens idênticas em todo o País: a gasolina e o óleo diesel, das refinarias de petróleo; e o álcool, das destilarias. De certa forma, deveriam ter teores idênticos de qualidade e os preços deveriam ser de muito pouca diferença, levando-se em consideração fretes e misturas de aditivos para melhor potência dos motores.

Mas, isso não tem acontecido. O álcool, por exemplo, tem pouco valor na fonte produtora e um preço significativo na ponta para o consumidor.

A gasolina tem sofrido todo tipo de mistura, com vários comburentes e até com água. Essas misturas extravagantes têm diminuído o desempenho dos motores dos veículos, além de afetar a vida útil desses motores.

Há ainda postos de combustíveis em precárias situações, com vazamento de combustíveis em seus tanques, causando prejuízos ao meio ambiente, e sendo fator de risco para usuários e moradores próximos a esses postos.

A Constituição Estadual vigente, em seu artigo 13, diz:

"Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

.....

VIII - responsabilidade por dado ao meio ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;" (Grifou-se)

Pelas razões expostas e pelo disposto no artigo 13, inciso VIII, da Constituição Estadual vigente, apresenta-se o presente projeto de lei para análise dos Senhores Deputados e posterior aprovação, para o bem comum da população paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 261/99

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Igreja Obra Missionária - Os Atalaia Missionários da Última Hora, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a resolução de criação da Assembléia Geral Ordinária dos Membros da Igreja Obra Missionária - Os Atalaia Missionários da Última Hora, foi aprovado que a entidade tem por finalidade principal a evangelização e propagação do Evangelho de Cristo e, também, praticar a benemerência e assistência através de obras sociais, sem quaisquer fins lucrativos.

Fundada no ano de 1995, a entidade tem mantido, com sucesso, os seus objetivos de criação.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 262/99

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I

Disposições Preliminares

Art. 1º - Entende-se por assistência farmacêutica, o conjunto de ações e serviços que visem assegurar a assistência terapêutica integral, a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, nos estabelecimentos públicos e privados que desempenhem atividades farmacêuticas.

Art. 2º - Para efeitos desta lei, são adotados os seguintes conceitos:

I - FARMÁCIA - estabelecimento de manipulação de fórmulas magistrais e oficinas, de comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos, produtos farmacêuticos e correlatos, dispensação de medicamentos e o de atendimento privativo de unidade hospitalar ou de qualquer outra equivalente de assistência médica;

II - DROGARIA - estabelecimento de dispensação e comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos em suas embalagens originais;

III - LOJA DE CONVENIÊNCIA E DRUG-STORE - estabelecimento que, mediante auto-serviço ou não, comercializa diversas mercadorias, com ênfase para aquelas de primeira necessidade, dentre as quais alimentos em geral, produtos de higiene e limpeza e apetrechos domésticos, podendo funcionar em qualquer período do dia e da noite, inclusive domingos e feriados.

Parágrafo Único - Compreende-se como prestação de serviços de interesse público a execução de serviços como: inalação, curativo, aplicação de injetáveis, medição de pressão arterial, coleta de amostras para análise laboratorial.

Capítulo II

Das Atividades Farmacêuticas

Art. 3º - No âmbito da assistência farmacêutica, as atividades que se seguem requerem, a responsabilidade e a assistência técnica de farmacêutico habilitado na forma da lei.

I - farmácias de qualquer natureza;

II - empresas ou estabelecimentos que produzam ou manipulam ou dispensem medicamentos magistrais, oficinais, farmacopêicos ou industrializados, cosméticos com finalidade terapêutica ou produtos farmacêuticos.

Capítulo III

Dos Estabelecimentos Farmacêuticos

Seção I

Das Farmácias

Art. 4º - Para a instalação de novas farmácias e drogarias, exige-se a autorização e o licenciamento da autoridade sanitária competente e o registro no Conselho Regional de Farmácia jurisdicionante, bem como o atendimento de critérios sanitários e epidemiológicos de interesse público, estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Saúde, além das seguintes condições:

I - manter responsabilidade de um Técnico farmacêutico durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento;

II - localização conveniente, sob o aspecto sanitário;

III - dispor de equipamentos necessários à conservação adequada de imunobiológicos;

IV - contar com equipamentos e acessórios que satisfaçam aos requisitos técnicos estabelecidos pela vigilância sanitária.

Parágrafo Único - A transferência de farmácia ou drogaria, dentro da mesma localidade, deverá obedecer os critérios estabelecidos no *caput* deste artigo.

Art. 5º - Poderá a farmácia ou a drogaria dispor de serviços, para atendimento imediato à população, de medicamentos, vacinas e soros que atendam o perfil epidemiológico de sua região demográfica, inclusive na realização de inalação; realização de curativos; aplicação de injetáveis; o fracionamento de medicamentos; medição de pressão arterial e coleta de amostras para análise laboratorial.

Art. 6º - É permitida a instalação de farmácia e drogaria, nos mesmos estabelecimentos ou lojas, de "drugstores" e loja de conveniência, desde de que a farmácia esteja em áreas delimitadas por divisórias ou por balcões.

Parágrafo Único - Na hipótese da instalação de "drugstore" ou loja de conveniência anexa a farmácia ou drogaria, e que o estabelecimento vem manter um laboratório de manipulação, este deverá ser totalmente isolado das demais áreas, com paredes e portas de acesso, observadas as exigências dos artigos seguintes.

Art. 7º - Os estabelecimentos previstos no artigo 7º desta lei são obrigados a manter suas instalações de acordo com as normas estabelecidas nesta lei, observadas as seguintes condições para o licenciamento pelo órgão sanitário competente:

I - construção sólida, sem defeitos de edificação com área mínima de 30 (trinta) metros quadrados, para o uso exclusivo da dispensação dos medicamentos tarjados e/ou controlados, ficando fora desta área os produtos de perfumaria, cosméticos, primeiros socorros, conveniência e medicamentos não tarjados de venda livre, comercializados pelo sistema de auto-atendimento;

II - iluminação e ventilação adequadas;

III - piso resistente e impermeável, que permita fácil limpeza;

IV - paredes lisas, de cores claras, de material impermeável e lavável;

V - instalações sanitárias, com paredes azulejadas até a altura mínima de 2,00 (dois) metros, e

dispondo de pequena área de acesso também azulejada e provida de lavatório. Ficam desobrigados de manutenção de instalações sanitárias aqueles estabelecimentos que sejam instalados em "shopping centers" e supermercados;

VI - cômodo para aplicação e demais serviços, constante no parágrafo único do artigo 2º, com área mínima de 3,00 (três) metros quadrados e dispondo de lavatório privativo, com paredes azulejadas até 2,00 (dois) metros de altura, contendo obrigatoriamente um toalheiro descartável. Tais serviços poderão utilizar o mesmo espaço, desde que não coincida com a execução dos serviços ao mesmo tempo. Respeitando as exigências legais e sanitárias.

Art. 8º - É vedado à farmácia:

a) substituir a prescrição médica, por qualquer outro produto, sem a prévia autorização do profissional habilitado, prescritor;

b) aviar medicamentos de fórmula secreta;

c) drogaria, posto de medicamentos ou estabelecimentos similares, que façam parte de Associações, Cooperativas, Sindicatos ou Entidades de Classe, a comercializarem os produtos ao público em geral, ficando a venda exclusiva e restrita somente aos seus cooperados ou associados;

d) a venda de medicamentos tarjados ou controlados pelo sistema de auto-atendimento;

e) o uso de instrumental destinado a realização de suturas e outros procedimentos cirúrgicos ou de competência exclusiva de profissional médico.

Parágrafo Único - A não obediência ao previsto neste artigo, implica nas penalidades da legislação sanitária vigente, nos dispositivos do código penal brasileiro e no código de defesa do consumidor.

Art. 9º - Somente a farmácia e drogaria poderão dispensar medicamentos, cosméticos com indicações terapêuticas, fórmulas magistrais, oficinais e farmacopêicas, plantas medicinais e produtos fitoterápicos, como também efetuar o fracionamento de medicamentos.

Seção II

Das Responsabilidades

Art. 10 - O farmacêutico técnico ou titular do estabelecimento terá como responsabilidade verificar o prazo de validade de todos os produtos como também a forma de acondicionamento, a retirada dos produtos da área de venda que apresentem problemas e/ou irregularidades.

Art. 11 - O proprietário da farmácia não poderá desconsiderar as orientações técnicas emitidas

das pelo farmacêutico, dos assuntos de competência técnica.

Parágrafo Único - É responsabilidade da empresa fornecer condições adequadas ao perfeito desenvolvimento das atividades profissionais do farmacêutico.

Art. 12 - Ocorrendo a baixa do profissional farmacêutico, obriga-se o estabelecimento a contratação de novo farmacêutico, no prazo máximo de 30 dias, atendido ao disposto nesta lei, sob pena de interdição e cancelamento do registro da licença de funcionamento, período no qual o proprietário responderá civil, criminal e administrativamente pelos problemas conseqüentes da dispensação ou outro serviço prestado em seu estabelecimento.

Art. 13 - No exercício de suas atividades, cabe ao farmacêutico:

I - notificar os órgãos sanitários competentes, as reações adversas, as intoxicações, voluntárias ou não, a farmaco-dependência observados e registrados na prática da farmaco-vigilância;

II - desenvolver atividades que visem o uso correto e racional de medicamentos e dos produtos comercializados no estabelecimento.

Art. 14 - Cabe ao farmacêutico na dispensação de medicamentos, visando garantir a eficácia e segurança da terapêutica prescrita, observar os aspectos técnicos e legais do receituário.

Capítulo IV

Da Fiscalização

Art. 15 - Compete ao órgão de vigilância sanitária a fiscalização dos estabelecimentos abrangidos por esta lei.

Art. 16 - Compete aos Conselhos Regionais de Farmácia verificar exclusivamente a presença de farmacêutico no estabelecimento.

Art. 17 - É vedado ao fiscal exercer atividades profissionais de farmacêutico, ser responsável técnico, proprietário ou participar da sociedade em quaisquer estabelecimentos farmacêuticos.

§ 1º - Verificando-se a falta do profissional farmacêutico, registrado no estabelecimento, o órgão fiscalizador autuará o estabelecimento, cabendo a empresa o direito de defesa, no prazo de 10 dias, contados da notificação.

§ 2º - Apresentada ou não a defesa, o auto de infração será julgado pelo órgão fiscalizador, que em não acatando as razões, aplicará multa ao estabelecimento de no máximo 200 Unidades Fiscais de Referência - UFIR.

§ 3º - Nos casos de reincidência a multa poderá ter seu valor dobrado.

Capítulo V

Das Disposições Gerais E Transitórias

Art. 18 - As drogarias, os postos de medicamentos e os dispensários de medicamentos, em funcionamento que se encontrem em desacordo com as disposições estabelecidas nesta lei na data de sua promulgação, terão prazo de 120 (cento e vinte) dias para cumprir a exigência de manter a assistência de profissional farmacêutico em seus estabelecimentos conforme previsto no artigo 5º desta lei, obedecendo os critérios e prazos estabelecidos para o período de transição sob pena de cancelamento automático de seu registro de funcionamento.

§ 1º - Nos municípios com população inferior a 15.000 habitantes, findo este prazo e havendo estabelecimento farmacêutico em desacordo com a presente lei, o Conselho Municipal de Saúde, ou na ausência deste, o Conselho Estadual de Saúde, ouvida a autoridade sanitária competente, autorizado a prorrogar o prazo por igual período.

§ 2º - Findo o prazo estabelecido no § 1º, nos municípios com população inferior a 5.000 habitantes que não cumpriram o disposto para o período de transição, ficam os Conselhos Estaduais e/ou Municipais de Saúde autorizados a adotar medidas que visem garantir a assistência farmacêutica.

Art. 19 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, que dispõe sobre as ações e serviços de assistência farmacêutica, procurando regulamentar o funcionamento de farmácia ou drogaria no Estado do Paraná.

Diversas controvérsias legais dificultam o normal funcionamento desse importante e essencial segmento do nosso comércio.

Sendo assim, propomos o presente plano de lei que visa regulamentar as atividades de farmácia ou drogaria no nosso Estado, para o qual esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

PORJETO DE LEI Nº 263/99

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores Moradias Timbu, com sede e foro na Município de Campina Grande do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores Moradia Timbu foi fundada com o objetivo de estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias dos moradores da Moradia Timbu e promover, junto aos Poderes Públicos, as soluções para os problemas encontrados.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PORJETO DE LEI Nº 264/99

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Público de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Estado do Paraná, denominado FUNDAF, vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, destinado à viabilização e ao desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentável da agricultura familiar paranaense, nos termos dos artigos 154, 158 e 159, inciso VI, da Constituição Estadual.

Art. 2º - O fundo Público de Apoio e Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Estado do Paraná tem por objetivo.

I - assegurar recursos a serem destinados ao financiamento de crédito de custeio e investimento;

II - assegurar recursos destinados à concessão de aval para contratos de crédito rural.

III - assegurar recursos necessários à equalização de taxas de juros e preços, de produtos cujos contratos forem realizados pelo sistema de equivalência produto.

Art. 3º - Serão beneficiários deste financiamento os agricultores familiares que exploram a terra sob o regime de ocupante, proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro, desde que atendam simultaneamente aos seguintes requisitos:

I - utilizar o trabalho direto seu e de sua família, sem contratação de empregado permanente, sendo permitido a ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola exigir.

II - não deter, a qualquer título, área de terra superior a 03 módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor;

III - Ter, no mínimo, 80% da renda familiar proveniente da exploração agropecuária, pesqueira ou extrativa;

IV - possuir renda bruta anual superior ao equivalente a 5.000 (cinco mil) sacas de milho, considerado pelo preço médio, vigente no ano anterior, levantado pela Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento;

V - possuir declaração de aptidão fornecida pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais do respectivo município do beneficiário.

§ 1º - A receita bruta anual, para o enquadramento de atividades que geram margem líquida menor que a do milho, tais como suínos, aves de corte e outras, poderá ser maior até o limite em que gerar renda líquida igual à referida quantidade de milho.

Art. 4º - Constituem recursos do Fundo Público de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Estado do Paraná, FUNDAP:

I - dotação orçamentária anual igual ou superior a 1,5% do valor bruto da produção agropecuária paranaense, apurados no ano imediatamente anterior;

II - 25% do total de recursos obtidos mediante a venda de ações da COPEL;

III 15% do total de recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

IV - amortizações de empréstimos concedidos à conta do FUNDAP;

V - juros provenientes de movimentação financeira de recursos do fundo;

Vi - recurso provenientes de acordos e convênios firmados com Instituições, Agências e Organizações nacionais e internacionais, para execução de programas de Fomento da Agricultura Familiar Paranaense;

VII - empréstimos contratados por antecipação de receita do fundo;

VIII - taxas decorrentes de prestação de serviços;

IX - contribuições de fundos municipais de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar;

X - outras fontes de recursos definidas em lei.

Art. 5º - Os recursos do FUNDAP serão aplicados, exclusivamente, nas seguintes operações:

I - amortização e juros de empréstimos garantidos com recursos do fundo, quando o beneficiário não cumprir com suas obrigações;

II - equalização da taxa de juros e preços, apuradas à época da liquidação do contrato de operação de crédito;

III - concessão de empréstimos para custeio e investimento para agricultores individuais e coletivos, conforme determina o artigo 7º;

IV - participação em empreendimentos agropecuários e agroindustriais, realizados por coletivos de agricultores familiares.

Art. 6º - Entende-se por coletivos de agricultores familiares os beneficiários que atuem sob o regime de economia familiar, de forma associativa, obedecidos os seguintes critérios:

I - Organizações Associativas do Tipo I - Condomínios, Associações, Cooperativas e outras organizações associativas, tais como grupos de mulheres e jovens agricultores, cujo quadro social seja composto exclusivamente por agricultores(as) que trabalham em regime de economia familiar;

II - Organizações Associativas do Tipo II - Associações e Cooperativas cujo quadro social seja composto de, no mínimo, sessenta (60) por cento de agricultores familiares, sendo o repasse de recursos exclusivo para projetos dos agricultores familiares associados;

III - a aplicação de recursos previstas nas alíneas I e II deste artigo, obedecerão aos parâmetros do Inciso V do artigo 7º.

Art. 7º - A concessão de financiamento com recursos do FUNDAP obedecerão aos seguintes parâmetros:

I - prazo máximo de fruição de 10 (dez) anos;

II - carência de até 05 (cinco) anos;

III - prazo de amortização, máximo de 08 (oito) anos;

IV - valor máximo de cinco (05) mil reais para custeio de dez (10) mil reais para investimento, por beneficiário individual;

V - no caso de beneficiário coletivo, o valor considerado será o múltiplo do número de sócios pelo valor máximo individual até o limite de cinquenta (50) mil reais para custeio e de cem (100) mil reais para investimento.

§ 1º - A liberação do incentivo obedecerá ao cronograma especificado em cada projeto.

§ 2º - A amortização será feita pelo valor nominal contratado, observado o prazo de fruição e carência prevista no inciso I e IV deste artigo, podendo o mesmo se dar sob a forma de equivalência produto.

Art. 8º - O FUNDAP contará, na sua operacionalização, com apoio especial da EMATER/PR e dos demais órgãos vinculados à Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

Parágrafo Único - Os recursos financeiros do FUNDAP serão depositados e movimentados em conta especial no Banco do Estado do Paraná -

BANESTADO, ou outra instituição financeira a ser indicada pelo Estado.

Art. 9º - O FUNDAF terá como órgão de administração um conselho deliberativo denominado Conselho Político de Gestão - CPG, que será composto de forma paritária entre o Governo do Estado e entidades representativas dos beneficiários, abaixo especificadas:

I - pelo Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento;

II - pelo Secretário de Estado da Fazenda;

III - pelo Secretário de Estado do Planejamento;

IV - por um representante efetivo e um suplente da Assembleia Legislativa;

V - por um representante e um suplente da Federação dos Trabalhadores do Paraná - FETAEP;

VI - por um representante e um suplente da Central Única dos Trabalhadores do Paraná - CUT;

VII - por um representante e um suplente da Federação Paranaense das Associações de Agricultores - FEPAR;

VIII - por um representante e um suplente das Organizações não Governamentais, ONG's com atuação no setor da agricultura familiar do Estado do Paraná.

§ 1º - O CGP terá um Presidente e um Secretário Executivo, que serão eleitos pelo conjunto dos Conselheiros para um mandato de 02 anos, com atribuições e responsabilidades definidas pelo Conselho.

§ 2º - Os representantes da entidade que compõem o Conselho serão indicados pelas mesmas juntamente com seus suplentes, e nomeados por ato do Poder Executivo.

§ 3º - A participação no Conselho deliberativo do FUNDAF constitui função pública relevante, ficando vedada qualquer remuneração.

Art. 10 - Compete ao Conselho Público de Gestão - CGP:

I - eleger o Presidente e o Secretário Executivo do Conselho, em conformidade com o parágrafo 1º do art. 9º;

II - normatizar o uso e a operacionalização do Fundo;

III - indicar servidores do estado para, mediante ato designatório do Poder Executivo, desempenhar funções operacionais atribuindo-lhes responsabilidades;

IV - prestar informações oficiais sobre a administração e a gerência do Fundo;

V - aprovar e fiscalizar planos e programas de aplicação de recursos do Fundo;

VI - responder, na forma da legislação em vigor por todos os atos praticados pelo Fundo.

Art. 11 - O Conselho Público de gestão - CGP, encaminhará, semestralmente, à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, relatório especificando as operações realizadas, o volume de recursos utilizados e demonstrativo dos saldos existentes.

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, a qualquer tempo, no Orçamento Anual do estado, créditos adicionais necessários para atender as despesas decorrentes desta lei.

Art. 13 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 14 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(aa) IRINEU COLOMBO

HERMES FONSECA

ÂNGELO VANHONI

PÉRICLES MELLO

NEREU MOURA

EDGAR BUENO e

EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

A apresentação deste projeto de lei decorrente da constatação da dura realidade que atinge os agricultores familiares do nosso Estado. Propomos mecanismos que visam amenizar as conseqüências decorrentes da ausência de política agrícola voltada aos interesses daqueles que produzem os alimentos necessários para abastecer a mesa do povo brasileiro.

No Brasil, a agricultura foi sempre marginalizada das políticas públicas. A agricultura sempre cumpriu um papel, para o Estado Brasileiro, de gerador de divisas com finalidade de honrar compromissos externos do país. Este processo levou à brutal concentração da propriedade da terra e da renda agrícola, relegando-se a um papel secundário os setores produtivos voltados ao abastecimento do mercado interno, cuja utilização da propriedade implica em uso intensivo de mão de obra familiar, gerando emprego e renda para milhares de trabalhadores.

A implantação deste modelo de desenvolvimento da agricultura trouxe para o país graves conseqüências sociais e econômicas como, por exemplo, o êxodo rural, que nos último 30 anos expulsou cerca de 28 milhões de pessoas do campo, a fome que assola 32 milhões de brasileiros e o inchaço dos centros urbanos, com o conseqüente agravamento dos níveis de miséria, desemprego e violência.

Em 1970, o campo abrigava 44% da população brasileira, já em 1991, este percentual havia despenhado para 24,5%. No Estado do Paraná, tínhamos

64% de população rural, que baixou para 21,6%, respectivamente. pesquisas realizadas no Sudoeste do Estado indicam que a migração vem afetando principalmente a juventude rural, sendo maior a migração de pessoas do sexo feminino. A migração desta população jovem provoca um envelhecimento da força de trabalho e aprofunda as dificuldades de sua reprodução social e de sucessão das unidades produtivas.

Tal processo impôs, também, alterações na estrutura de produção onde, mesmo havendo uma expansão da fronteira agrícola, verifica-se a diminuição do número de estabelecimentos. Analisando-se a área ocupada do Estado, no período de 1970 a 1985, percebe-se que os pequenos estabelecimentos tiveram sua participação reduzida de 42% do total da área em 1970, para 31% em 1985. Por outro lado, os estabelecimentos acima de 50 hectares aumentaram sua participação de 58% para 69% da área total, no mesmo período.

O crédito rural, principal instrumento desta política agrícola, foi direcionado de forma privilegiada para regiões mais desenvolvidas e produtos mais dinâmicos. Os grandes agricultores foram favorecidos e puderam modernizar-se. Os pequenos agricultores sem terra ou com pouca terra foram marginalizados. Como exemplo desta constante, cabe citar que em 1993 os pequenos agricultores detinham 81% do total de contratos mas receberam apenas 32% dos recursos totais destinados a crédito agrícola. De outro lado, os grandes proprietários, com 3% do número de contratos, receberam 31% dos recursos totais. O montante de crédito rural concedido atinge seu montante máximo em 1980, quando foram liberados R\$30,1 bilhões. Desde então os valores vêm sendo reduzidos. Em 1985, havia reduzido para R\$16,6 bilhões, chegando à R\$6,4 bilhões em 1995 segundo dados do IBGE (Anuário Estatístico 1996). Desde então, os recursos destinados ao crédito agrícola vem oscilando em valores próximos a R\$6 bilhões e R\$7 bilhões anuais.

A implantação, pelo Governo Federal, do Programa Nacional da Agricultura Familiar - PRONAF, acontece com dificuldades. No ano de 1996, havia 466 mil estabelecimentos paranaenses aptos a operar o PRONAF custeio/investimento, porém apenas 35.703 mil contratos foram realizados, envolvendo um montante de R\$90,2 milhões de recursos liberados. Em Santa Catarina, havia 235 mil estabelecimentos aptos, sendo realizados 97.819 contratos, envolvendo o montante de R\$135,1 milhões de recursos liberados. No Rio Grande do Sul, de um universo de 497 mil estabelecimentos aptos, foram realizados 257.882 contratos, envolvendo o montante de R\$417,3 milhões de recursos liberados.

Hoje, a pequena agricultura familiar vem enfrentando uma crise sem precedentes, decorrente da política adotada pelo Governo Federal, seguida à risca pelo Governo Estadual, provocada, entre outras razões, pela internacionalização dos preços agrícolas, altas taxas de juros, redução do volume de crédito rural, fim do papel exercido pela política de preços mínimos e o desmonte do setor público agrícola.

Enorme é a capacidade de resistência dos agricultores familiares, conforme demonstram algumas estatísticas. No Estado do Paraná, segundo o Censo Agropecuário de 1985, os estabelecimentos com área até 50 hectares produziram, do volume total do Estado, o equivalente a 71,2% do algodão, 60,9% do arroz, 51,5% da batata inglesa, 78,7% do feijão, 90,7% do bicho da seda, 60% do milho, 90,7% do fumo, 60% da laranja, 84% dos suínos, 83% do leite e 90% da uva de mesa.

Estes dados são confirmados em pesquisa da FAO/INCRA (1995), que apontou 7 (sete) milhões de estabelecimentos rurais existentes no País. Deste total, 6,5 milhões de estabelecimentos podem ser classificados como agricultura familiar (detêm apenas 25% da área total, porém ocupam 80% das pessoas que trabalham na agricultura), e 0,5 milhão como agricultura empresarial ou patronal. Segundo esta pesquisa, a agricultura familiar supera a patronal em vários produtos, como carnes suínas e de aves, leite, ovos, batata, banana, café, milho, feijão, algodão, tomate e laranja. Apenas nos segmentos de carne bovina, cana-de-açúcar, arroz e soja, ela é superada pela agricultura patronal.

A bancada do Partido dos Trabalhadores, mantendo sua tradição de luta em defesa dos pequenos agricultores familiares, com ou sem terra, e, conseqüentemente, mais uma vez afirmando o tipo de desenvolvimento que deseja para se construir uma sociedade mais justa e democrática, apresenta o Projeto de Lei que institui o Fundo Público de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Estado do Paraná - FUNDAF, com o objetivo de alocar recursos para o financiamento de custeio e investimentos, equalização de taxas de juros e preços, e concessão de aval de contratos destinados aos agricultores familiares paranaenses, que como demonstrado, desempenha papel relevante no contexto da agricultura brasileira e paranaense voltada ao abastecimento interno, sem contar com apoio mais direto e incisivo do poder público.

Como exemplo, a concessão de aval pelo Fundo aumentará o número de contratos a serem realizados com recursos do PRONAF, vez que assegura a instituição operadora, que alega ser este o principal obstáculo à agilização dos contratos, à segurança de retorno do valor aplicado.

Poderão ser beneficiários deste Fundo mais de quatrocentos mil estabelecimentos agrícolas, cuja área média é de 35,80 hectares, e atendam, entre outros, aos requisitos de renda não superior a cinco (5) mil sacas de milho anuais, levantados pela Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, desde que 80% da renda familiar seja proveniente da exploração agropecuária, pesqueira ou extrativa.

A concessão de financiamento com recursos próprios do Fundo deverá obedecer ao prazo máximo de fruição fixado em 10 anos, carência de até cinco (05) anos e amortização de até oito (08) anos. O valor máximo para este financiamentos estão fixados em cinco (05) mil reais para custeio e cem (100) mil reais para investimento, nos casos de beneficiário coletivo. Os prazos e valores estipulados são limites e estão adequados à capacidade dos tomadores de empréstimo de resgatá-los junto ao Fundo. Dentro destes limites, haveria flexibilidade conforme a especificidade de cada projeto.

A fonte de recursos do Fundo prevê, entre outras, a destinação de dotação orçamentária igual ou superior a 1,5% do valor bruto da receita agropecuária, apuradas no ano imediatamente anterior, e hoje correspondente a R\$6,0 bilhões aproximadamente; a destinação de 25% dos recursos obtidos através da venda de ações da COPEL (autorizada pela lei nº 11.253 de 21.12.95); 15% do total de recursos destinados ao Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado - FDE; recursos provenientes de acordo e convênios realizados com organismos nacionais e internacionais de fomento da agricultura familiar.

Dispensa comentários a destinação orçamentária, tendo como base o valor bruto da produção agropecuária. É justo e adequado que parte destes recursos revertam em benefício daqueles que são responsáveis diretos pela produção que abastece de alimentos a mesa da população paranaense. É igualmente justo a adequação a destinação, para o FUNDAF, de parte dos recursos obtidos com a venda de ações da COPEL e do FDE. O patrimônio da COPEL incorpora áreas de onde foram retirados milhares de agricultores para ceder lugar a enormes reservatórios destinados à geração de energia elétrica, indispensável ao desenvolvimento econômico e social do Estado, restando ainda 75% dos recursos que poderão ser aplicados em outros setores e áreas do Estado. Os recursos públicos do Fundo de Desenvolvimento Econômico têm sido destinados basicamente ao financiamento da rede de infra-estrutura pública, apoio à estruturação do sistema cooperativo e agroindustrial do Estado e, recentemente, na atração de investimentos ligados à indústria automotiva. O projeto de lei acrescenta o investimento no setor da agricultura familiar.

A administração dos recursos caberá ao Conselho Deliberativo do Fundo, que será composto de forma paritária entre representantes do Governo do Estado e dos agricultores familiares. Para a operacionalização dos contratos, o fundo deverá contar com o apoio especial da equipe de profissionais da EMATER e de outras entidades vinculadas à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, a serem disciplinados através de ato regulamentador a ser baixado após aprovação desta lei.

Com a apresentação deste projeto de lei e acreditando na sua aprovação, a bancada do Partido dos Trabalhadores entende que o povo paranaense estará caminhando na direção de um modelo de desenvolvimento, onde o Estado atue efetivamente em defesa dos setores e segmentos sociais historicamente excluídos, usando seus instrumentos legais e institucionais para gerar empregos, estancar o êxodo rural, colaborar no processo de assentamentos agrários e promover a redução das desigualdades sociais e o desenvolvimento dos agricultores familiares.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Compareço à tribuna no Horário do Pequeno Expediente para em nome pessoal, e tenho certeza que de todos os Parlamentares desta Casa, expressar nosso sentimento de alegria e congratulações à Empresa Paranaense de Assistência Técnica, Extensão Rural EMATER/PR, pelos 43 anos de existência da Extensão Rural em nosso Estado. Há 43 anos surgia no Paraná, o ETA - Escritório Técnico de Assistência à Agricultura, depois se transformando em Associação de Crédito Rural do Paraná, ACARPA, e posteriormente dentro do esquema estabelecido das EMATERs pelo Brasil afora, surgiu também no Paraná, a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, empresa vinculada ao Sistema Estadual de Agricultura, Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, e que hoje poderíamos dizer presta assistência e trabalho em todos os municípios, em todas as localidades, em todo o território paranaense.

E nós que temos o privilégio de há 19 anos e meio, quase 20 anos, fazemos parte do corpo de extensionistas da EMATER, não poderíamos deixar de nesta data registrar aqui a nossa alegria de poder ao longo desse tempo, ter participado de todas as ações, de todos os procedimentos que se desenvolveram em favor do homem e da mulher trabalhadora rural, em favor dos produtores rurais como um todo.

Nesses 23 anos, ou melhor, nesses 43 anos dos quais 20 deles tivemos participação ativa, a EMATER ajudou a transformar para melhor o meio rural deste País.

Basta que cada um de nós façamos, no seu subconsciente uma rápida avaliação, e verificamos o que aconteceu ao longo desses 43 anos. Como era o Paraná em seu meio rural há 43 anos. Façamos cada um de nós esta reflexão para ver as transformações que sofreu o interior do Estado do Paraná, o meio rural, em função também do trabalho dos extensionistas rurais.

Por esta razão, nesse 20 de maio, registro aqui com alegria, com satisfação, estivemos ainda há pouco numa solenidade, um café da manhã com funcionários e convidados, representando a Assembleia Legislativa lá nas dependências do prédio central, e lá pudemos sentir o respeito que aquela empresa tem para com o parlamento estadual, e tenho certeza, o respeito que tem esse parlamento para com aquela Empresa de Extensão Rural.

Faço esse registro porque o Paraná, sem sombra de dúvida, depende ainda hoje e muito da sua produção agropecuária, e a EMATER, sem sombra de dúvida, foi uma das responsáveis pelo crescimento, pelo surgimento de um Paraná no meio rural, diferente daquele que tínhamos em outra época.

Era isso Senhor Presidente, era isso Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Horário das Lideranças: PFL, PDT, PT PMDB, PTB.

Com a palavra o Deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho à tribuna hoje para trazer aqui e também procurar fazer eco nesta Casa da situação em que se encontra hoje o Hospital de Clínicas do Estado do Paraná.

(Lê):

“Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

É de conhecimento nacional a grave crise em que se encontra o Hospital de Clínicas de Curitiba. Os paranaenses, privilegiados por ter um dos maiores hospitais do País, com profissionais capacitados e atendimento de primeira linha, que o fazem despontar como referencial nacional e até internacional, estão vendo, dia após dia, a maior Casa de Saúde Pública do Estado paralisar atendimentos por falta de recursos.

Na condição de hospital público, ele não pode recusar pacientes, mas os recursos para sua manutenção são escassos e diante do atendimento

prestado pelo hospital, são ínfimos, quase miseráveis - dívidas se acumulam e a manutenção rotineira do hospital corre sérios riscos de parar.

A comunidade tem feito sua parte - a Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas, integradas por 1.600 empresários paranaenses, vem alavancando recursos para a manutenção do hospital e também para a modernização de seus equipamentos, recursos estes insuficientes diante da crise pela qual o hospital está passando.

O Hospital de Clínicas atende um universo populacional de cerca de 3 milhões e meio de pessoas, sendo 2.700 atendimentos e 72 internações por dia. Para estes atendimentos, o hospital desembolsa recursos que não tem, com dívidas acumuladas junto a fornecedores de medicamentos que chegam à soma de R\$4 milhões de reais e que continuam crescendo. Ponto de altíssima referencia, o Hospital de Clínicas ultrapassa as fronteiras do nosso País, atendendo pacientes da Argentina, Paraguai e Bolívia, que vêm em busca de seu renomado corpo médico. Por seus serviços, recebe tão somente os poucos recursos provenientes do Sistema Único de Saúde - SUS que, em média representa cerca de dois milhões e meio de reais por mês.

O H.C. é ainda um dos maiores hospitais-escola do Brasil, vinculado à Universidade Federal do Paraná e é responsável pela formação dos nossos jovens e que oferece nada menos que 45 especialidades médicas, algumas raras, como o serviço de transplante da medula óssea. O H.C. foi o primeiro a implantar o banco de ossos, o que permitiu avanços consideráveis na área de ortopedia.

Agora, o Hospital de Clínicas anuncia a suspensão dos serviços de transplante de órgãos, internação de pacientes com câncer para fazer quimioterapia e de pacientes com AIDS. O H.C. não tem mais condições de prestar estes serviços, devido à falta de recursos. Ainda, se não houver o imediato repasse de cerca de R\$1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), o hospital desativará outros serviços, o que, com certeza, deixará milhares de pacientes sem ter outro local de atendimento, além dos alunos que freqüentam este hospital-escola sem um local para se especializarem.

Diante do exposto, e da evidência de que recursos públicos são indispensáveis diante da grandiosidade do problema, solicitamos a este Poder Legislativo, a tomada de providências urgentes quanto ao repasse das verbas necessárias à continuidade do funcionamento do Hospital de Clínicas do Paraná.”

Diante do que colocamos aqui nesta tribuna, estamos fazendo um ofício, um requerimento via Plenário desta Casa, para ser encaminhado ao Min-

istério da Educação, porque afinal de contas é um hospital-escola e todos os hospitais-escola do País recebem verbas do MEC, menos o Hospital de Clínicas. Ao mesmo tempo também um requerimento ao Ministério da Saúde, José Serra, no sentido de também se sensibilizar para com a situação que vive o Hospital de Clínicas.

Ontem, no seu editorial, para os senhores terem uma idéia, a Gazeta do Povo traz também sensibilidade para com o Hospital de Clínicas. Grandes jornais têm dado um espaço muito grande. A sociedade tem feito a sua parte, dentro das possibilidades. A Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas tem procurado, através de promoções e da conscientização, junto a empresários curitibanos à busca de recursos, mas é insuficiente, pelo gasto, manutenção e atendimento aos curitibanos, ao Estado do Paraná e também para os países vizinhos do MERCOSUL, que fazem uso do Hospital de Clínicas.

Por isso, essa Casa também tem que se sensibilizar com esta situação e é por essa razão, que trago ao conhecimento deste Plenário essa crise que vive o H.C. Para isso é necessário, que a Bancada Federal que já teve uma reunião esta semana, juntamente com a Associação Comercial do Paraná, que tratou exatamente do assunto do Hospital de Clínicas, que também faça a sua parte, a sua pressão, mostre a sua força a nível de Brasília, no sentido de ver no que esses recursos possam vir para o Hospital de Clínicas.

Pediria, depois, aos Senhores Parlamentares, que colocassem as suas assinaturas, neste requerimento. Estamos enviando ao Ministério da Educação e ao Ministério da Saúde, para que possamos também exercer o poder de força da nossa Assembléia Legislativa, em defesa que é um dos maiores hospitais da América Latina, que é o nosso Hospital de Clínicas.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Passa-se à Ordem do Dia.

O SR. DURVAL AMARAL

Pela Ordem, Senhor Presidente?

(**Assentimento**)

Senhor Presidente, os Deputados subscreveram um requerimento, solicitando a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que preencheu todos os requisitos previstos no artigo 36 do Regimento Interno, esperam neste momento que Vossa Excelência determine a instalação e obviamente a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, haja vista que há quórum suficiente no Plenário para que seja oficialmente comunicada à Casa.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Esta Presidência, tendo em vista que a sessão de hoje seria publicada a EMATER, decidiu assinar um documento na segunda-feira, com sessão ou sem sessão. Se o Plenário não estiver legalmente constituído, a Presidência reunirá a Mesa e assinará o documento, durante a sessão de segunda-feira. Podem ficar tranqüilos, não há alteração nenhuma no requerimento. Ninguém retirou a assinatura. O requerimento é regimental e constitucional.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Irineu Colombo, Hermes Fonseca, Ângelo Vanhoni, Péricles Mello e demais Senhores Deputados, devidamente apoiado, constante do expediente. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1021, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente, requer a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para a apreciação de matérias aprovadas ou a serem incluídas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 073/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a criar o Escritório Regional da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, com sede e foro no Município de Apucarana. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 073/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar o Escritório Regional da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, com sede no Município de Apucarana e com abrangência nos Municípios de Califórnia, Marilândia, Rio Bom, Mauá, Faxinal, Jardim Alegre, Ivaiporã, Lidianópolis, Cambira, Jandaia do Sul, Marumbi, Kaloré, Borrazópolis e Novo Itacolomi.

Art. 2º - O Poder Executivo adotará medidas para sua implantação no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação da presente lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.05.99.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 176/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel localizado no Município de Maringá para o Recanto do Menor - CEMIC. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 0176/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar para o Recanto do Menor - CEMIC de Maringá, o imóvel de propriedade do Estado, constituído por 2.801 m², com benfeitorias, conforme consta na transcrição nº 23.801, do Livro 3-W, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Maringá.

Parágrafo Único - O imóvel objeto da doação de que trata a presente lei, será utilizado, exclusivamente, para o funcionamento do Recanto do Menor - CEMIC de Maringá, não podendo ter destinação diversa, sob pena desta doação tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel ao Patrimônio do Estado do Paraná, ficando ainda, gravada com as cláusulas da impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.05.99.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 199/99, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que declara de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Assistência à Criança Excepcional Carente - ABCEC, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no D. A. nº 32, de 26.04.99).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 209/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Salto do Lontra. **Aprovado. (Publ. no D. A. nº 33, de 27.04.99).**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 255/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/98, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos e cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emendas do Plenário em número de 28 (vinte e oito), de autoria de diversos Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 255/98
EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01

Acrescente-se o § 5º ao artigo 20, modificando com isso o inciso VI do artigo 36, do Projeto de Lei nº 255/98:

“Art. 20 -...

§ 5º - Não é aplicável a cobrança da concessão do direito de uso se os recursos hídricos provierem de aquífero subterrâneo e forem extraídos às expensas do usuário, cabendo-lhe também os encargos da elaboração e execução do Projeto Técnico, normatizando o tratamento de efluentes domésticos ou industriais, que devem ser infiltrados no próprio terreno do usuário, sem contato com mananciais de superfície. Para este efeito, o volume de água a ser devolvido ao subsolo terá que alcançar pelo menos a metade do que dele foi extraído.”

O inciso VI do artigo 36 passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 36 -...

VI - propor à autoridade competente do Poder Executivo Estadual:

a) identificação dos represamentos, derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes;

b) concessão do direito de uso, sem ônus, de recursos hídricos extraídos de aquífero subterrâneo, para os efeitos do § 5º do artigo 20, após o exame e aprovação de Projeto de Captação, Utilização e Tratamento de Água, a ser executado e mantido às expensas do usuário, suscetível de cancelamento da outorga e aplicação de sanções se houver descumprimento das normas do projeto.”

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

Apoioamento:

Luiz Carlos Alborghetti, Antonio Carlos Belinati, Luiz Carlos Zuk, Ricardo Chab, Hidekazu Takayama, Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei estipula que está sujeito à outorga pelo Poder Público o direito de uso de recursos hídricos provenientes de “extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo” (art. 13, II).

Estão também capituladas no projeto de lei as regras e fatores para o cálculo do valor a ser cobrado pela concessão do direito de uso de recursos hídricos (arts. 20 e 21).

O projeto de lei prevê, igualmente, que os “represamentos, derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes”, sejam isentos da “obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos (art. 13, § 1º e inciso VI do art. 36).

Faltou, todavia, no Projeto de Lei nº 255/98, prever os casos em que o usuário outorgado, às suas exclusivas expensas, extrai os recursos hídricos de aquíferos subterrâneos, utiliza-os para consumo final ou como insumo industrial, e depois de promover o tratamento técnico-sanitário adequado dos efluentes, devolve a água, por infiltração, ao próprio subsolo do qual foi tirada, em volume igual ou superior ao extraído.

Na situação aqui ventilada é justo que o usuário receba a outorga da concessão do direito de uso dos recursos hídricos, sem ônus, desde que submeta previamente à análise e aprovação Projeto Técnico de Captação, Utilização e Tratamento de Água.

A Emenda prevê a hipótese de descumprimento das normas técnicas do projeto, circunstância em que será cancelada a desoneração e aplicadas as sanções cabíveis.

A desoneração aqui proposta justifica-se plenamente, como compensação aos dispendiosos gastos do usuário, extraindo água de aquífero subterrâneo, submetendo-a a tratamento após o uso e finalmente devolvendo-a por infiltração ao subsolo, devidamente tratada.

Note-se que na hipótese aqui contemplada a água será consumida e usada apenas como insumo e não como matéria prima, preponderante, tal qual ocorre na fabricação de cerveja e refrigerantes.

Pelo exposto, contamos com o apoioamento dos nobres Pares à presente proposição.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Art. 45 - Excluir o inciso IV e renumerar os itens e incluir Parágrafo Único com a seguinte redação:

“Ficam excluídos do contido no *caput* deste artigo os produtores rurais e os usuários que se enquadrarem no § 1º do artigo 13 desta lei.”

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoioamento:

José Maria Ferreira, Ademir Bier, Antonio Annibelli, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Ângelo Vanhoni, Péricles Mello e Waldyr Pugliesi.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 03

Art. 9º - Alterar para:

“O Plano de Bacia Hidrográfica é de longo prazo, com atualizações periódicas de no máximo 4 (quatro) anos, aprovadas pelo respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica.”

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoioamento:

Edson Strapasson, José Maria Ferreira, Ademir Bier, Antonio Annibelli, Edgar Bueno, Ângelo Vanhoni, Péricles Mello e Waldyr Pugliesi.

EMENDA DE PLENÁRIO, DE Nº 04

Art. 30 - §§ 1º e 2º excluir e substituir por:

“§ 1º - O Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH assegurará a participação paritária do Poder Público e do setor privado.”

§ 3º - passar para o § 2º.

§ 4º - passar para o § 3º.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoioamento:

Edson Strapasson, José Maria Ferreira, Ademir Bier, Antonio Annibelli, Edgar Bueno, Ângelo Vanhoni, Péricles Mello e Waldyr Pugliesi.

EMENDA DE PLENÁRIO, DE Nº 05

Art. 32 - Os Comitês de Bacia Hidrográfica terão a mesma composição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), conforme disposto no art. 30 desta lei.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoioamento:

Edson Strapasson, José Maria Ferreira, Ademir Bier, Antonio Annibelli, Edgar Bueno, Ângelo Vanhoni, Péricles Mello e Waldyr Pugliesi.

EMENDA DE PLENÁRIO, DE Nº 06

Art. 29 - Inclui no § 1º o seguinte:

“Item a - As Agências de Água terão seus custos limitados, conforme disposto no art. 22, § 5º.”

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoioamento:

Edson Strapasson, José Maria Ferreira, Ademir Bier, Antonio Annibelli, Edgar Bueno, Ângelo Vanhoni, Péricles Mello e Waldyr Pugliesi.

EMENDA DE PLENÁRIO, DE Nº 07

Art. 22 - § 2º - Substituir:

“..... como agente financeiro o Banco do Estado do Paraná S/A.....”

Por:

“..... Agência de Desenvolvimento do Estado do Paraná.....”

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoioamento:

Edson Strapasson, José Maria Ferreira, Ademir Bier, Antonio Annibelli, Edgar Bueno, Ângelo Vanhoni, Péricles Mello e Waldyr Pugliesi.

EMENDA DE PLENÁRIO, DE Nº 08

Art. 6º - Adicionar mais dois itens, VII e VIII, com o seguinte teor:

“VII - A bonificação, na forma do regulamento, dos usuários que procedam ao tratamento

dos recursos hídricos, lançado-os no corpo receptor com qualidade superior ao da captação.”

“VIII - A compensação, na forma do regulamento, a municípios, usuários e proprietários de terras reconhecidamente protetores de mananciais.”

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoioamento:

Edson Strapasson, José Maria Ferreira, Ademir Bier, Antonio Annibelli, Edgar Bueno, Ângelo Vanhoni, Péricles Mello e Waldyr Pugliesi.

EMENDA DE PLENÁRIO, DE Nº 09

Art. 17 - Incluir Parágrafo Único, com o seguinte teor:

“Parágrafo Único - As outorgas ou autorizações em vigor no momento da edição desta lei, terão seus prazos de concessão respeitados, desde que com suas condições de validade adaptadas aos termos dispostos nesta lei.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoioamento:

José Maria Ferreira, Ademir Bier, Antonio Annibelli, Edgar Bueno, Ângelo Vanhoni, Péricles Mello e Waldyr Pugliesi.

EMENDA DE PLENÁRIO, DE Nº 10

Art. 30 - Substituir por:

“Art. 30 - O Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), órgão deliberativo e normativo é composto por:

I - 3 representantes de instituições do Poder Executivo Estadual, com atuação nas questões de meio ambiente, recursos hídricos e agricultura.

II - 3 representantes dos municípios.

III - 1 representante de entidade da sociedade civil relacionada com recursos hídricos.

IV - 1 representante de usuários.

V - 1 representante da Federação da Agricultura do Estado do Paraná.

VI - 1 representante da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná.

VII - 1 Representante do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná.

VIII - 1 representante da Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoioamento:

Edson Strapasson, José Maria Ferreira, Ademir Bier, Antonio Annibelli, Edgar Bueno, Ângelo Vanhoni, Péricles Mello e Waldyr Pugliesi.

EMENDA DE PLENÁRIO, DE Nº 11

Art. 46 - Incluir novo parágrafo 8º com a seguinte redação:

“Em se tratando de usuários que utilizam os recursos hídricos como fator de produção de matéria prima ou alimento, o regulamento estabelecerá critérios e valores diferenciados, equivalentes a um décimo dos previstos neste artigo, respeitando a capacidade contributiva do setor.”

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoioamento:

Edson Strapasson, José Maria Ferreira, Ademir Bier, Antonio Annibelli, Edgar Bueno, Ângelo Vanhoni, Péricles Mello e Waldyr Pugliesi.

EMENDA DE PLENÁRIO, DE Nº 12

Art. 7º - § 2º - Alterar para:

“O Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/PR) terá vigência e atualizações periódicas de no máximo 4 (quatro) anos, tomando por base os planos das bacias hidrográficas e considerando as normas relativas à proteção do meio ambiente, à política de desenvolvimento do Estado e à Política Nacional de Recursos Hídricos.”

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoioamento:

Edson Strapasson, José Maria Ferreira, Ademir Bier, Antonio Annibelli, Edgar Bueno, Ângelo Vanhoni, Péricles Mello e Waldyr Pugliesi.

EMENDA DE PLENÁRIO, DE Nº 13

Altera a redação do § 4º do Artigo 22 do projeto de Lei nº 255/98.

O § 4º do Artigo 22 do referido projeto de lei, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 22 - ...

§ 4º - Os valores arrecadados com a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos e inscritos como receita do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR), serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que forem gerados, respeitando seu percentual mínimo de 80% (oitenta por cento) da receita do Fundo que deve ser aplicado no plano da respectiva bacia serão utilizados para:”

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoioamento:

Edgar Bueno, Nereu Moura, Antonio Annibelli, Ademir Bier, Waldyr Pugliesi, Irineu Colombo, Orlando Pessuti.

EMENDA MODIFICATIVA DE
PLENÁRIO EM Nº DE 14

Inclua-se onde couber nas disposições transitórias:

Art... Nas bacias hidrográficas onde o uso prioritário da água for para consumo humano, os municípios que tiverem todo ou parte de seu território nesta bacia e em serem responsáveis pela preservação e conservação das águas, terão direito a um percentual de valores arrecadados pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos, a ser regulamentado.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoioamento:

Edgar Bueno, Nereu Moura, Antonio Annibelli, Waldyr Pugliesi, Ademir Bier e Orlando Pessuti.

EMENDA ADITIVA DE
PLENÁRIO EM Nº DE 15

Fica acrescido o seguinte parágrafo:

“Fica suspensa por prazo indeterminado, a expedição de outorga, para fins de exploração de areia, em regiões que contemplem às áreas de nascentes bem como de preservação permanente dos rios do Estado do Paraná”.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoioamento:

Nereu Moura, Irineu Colombo, Waldyr Pugliesi, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Edson Strapasson, Ademir Bier e Orlando Pessuti.

EMENDA DE
PLENÁRIO EM Nº DE 16

Emenda Aditiva: acrescenta-ser ao projeto de lei 255/98, um capítulo IV, reenumerando-se os demais capítulos e artigos com a seguinte redação:

Capítulo IV**Dos Depósitos De Águas Subterrâneas**

Art. 6º - Fica incluído na Política Estadual de Recursos Hídricos, os depósitos de águas subterrâneas do Estado do Paraná.

§ 1º - são consideradas subterrâneas as águas que corram naturalmente no subsolo, de forma suscetível de extração e utilização pelo homem.

§ 2º - nos regulamentos e normas decorrentes desta Lei serão consideradas a interconexão entre as águas subterrâneas e superficiais e as interações observadas no ciclo hidrológico.

Art. 7º - As águas subterrâneas deverão ter programa permanente de preservação visando ao seu melhor aproveitamento.

§ 1º - a preservação e conservação dessas águas implicam em uso racional, aplicação de medidas contra a sua poluição e manutenção do seu equilíbrio físico, químico e biológico em relação aos demais recursos naturais.

§ 2º - o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, estabelecerá política de utilização dos depósitos naturais de águas subterrâneas do Estado do Paraná, avaliando os recursos hídricos do subsolo, fiscalizando sua exploração e adotando medidas contra contaminação dos aquíferos.

Art. 8º - A implantação de distritos industriais e de grandes projetos de irrigação, colonização e outros, que dependam da utilização de águas subterrâneas, ou que possam causar impacto relevante, deverá ser precedida de estudos hidrogeológicos para a avaliação das reservas do potencial dos recursos hídricos e para o correto dimensionamento do abastecimento, sujeito à aprovação pelos órgãos competentes, na forma a ser estabelecida pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Art. 9º - A captação e o uso das águas subterrâneas poderá ser restringida pelos órgãos de controle ambiental e recursos hídricos, para efeito de preservação, controle e manutenção do equilíbrio natural das águas subterrâneas.

Art. 10 - Os poços jorrantes deverão ser dotados de dispositivos adequados para evitar desperdício, ficando os responsáveis que não tomarem as devidas providências, passíveis de sanção.

Art. 11 - Sempre que necessário, o Poder Público instituirá área de proteção aos locais de extração de águas subterrâneas, para fins de possibilitar a preservação e conservação dos recursos hídricos subterrâneos.

Art. 12 - O Conselho Estadual de Recursos Hídricos instituirá um cadastro estadual de poços tubulares profundos e de captação de águas subterrâneas.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(aa) PÉRICLES MELLO
ÂNGELO VANHONI
HERMES FONSECA
IRINEU COLOMBO

Apoioamento:

Nereu Moura, Ademir Bier, Waldyr Pugliesi e
Hermes Fonseca.

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda introduz um novo capítulo no Projeto de Lei nº 255/98, disciplinando matéria sobre os depósitos de águas subterrâneas, visando suprir a omissão do projeto em tela, dado a importância de se tratar a questão das águas subterrâneas juntamente com as de superfície, em face da estreita ligação entre estas.

Não suficiente determinar que estas são passíveis de cobrança pela utilização como o faz o Artigo 13, inciso II, é necessário dispensar um tratamento mais pormenorizado ao tema. Requer a matéria seja não apenas estabelecer cobrança pelo uso, mas primeiro e principalmente, seja estabelecido critérios de utilização e preservação destes recursos tão precisos e escassos.

Destaca-se por oportuno, que o Estado de São Paulo já caminhou mais que o Paraná nesta questão, editando uma lei especial que disciplina pormenorizadamente o tema.

EMENDA DE PLENÁRIO, EM Nº DE 17

Emenda modificativa: altera a redação do § 2º do Art. 41 do Projeto de Lei nº 255/98, ficando com a seguinte redação:

"Art. 41 - ...

§ 1º - ...

§ 2º - Contrato de Gestão a que se refere a presente lei é o regido pelas normas de direito administrativo."

Sala das Sessões, em 20.05.99

(aa) PÉRICLES MELLO
ÂNGELO VANHONI
HERMES FONSECA
IRINEU COLOMBO

Apoioamento:

Ademir Bier, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda se faz necessária pelo fato de corrigir um desvirtuamento da natureza jurídica do Contrato de Gestão, visto que, na forma da redação original ele se caracteriza como um contrato de natureza civil, o que afronta os princípios da administração pública, uma vez que a natureza jurídica da relação em questão é administrativa e não civil.

EMENDA DE PLENÁRIO, EM Nº DE 18

Emenda aditiva: acrescenta-se um parágrafo único ao Artigo 19, do Projeto de lei nº 255/98, ficando com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - Fica isento da cobrança a que se refere o *caput*, os produtores agropecuários que utilizarem água como meio de produção."

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(aa) PÉRICLES MELLO

ÂNGELO VANHONI
HERMES FONSECA
IRINEU COLOMBO

Apoiamiento:

Nereu Moura, Ademir Bier, Waldyr Pugliesi.

JUSTIFICATIVA:

A isenção proposta pela presente emenda, visa excluir os produtores agropecuários do pagamento pela utilização de água como meio de produção, por tratar-se de consumidores especiais, cuja cobrança pode acarretar forte elevação no custo final do produto, podendo inviabilizar, alguns setores.

Ademais, dada a forte ocorrência do setor com os países do MERCOSUL, e não havendo lá este custo de produção, impossibilitará os agropecuaristas nacionais de apresentar um produto competitivo com o daqueles países.

EMENDA DE PLENÁRIO, EM Nº DE 19

Emenda aditiva: acrescenta-se ao Projeto de Lei nº 255/98, um novo parágrafo ficando com a seguinte redação:

"Art. 32 - ...

§ 1º - ...

§ 2º - ...

§ 3º - Os Comitês de Bacia Hidrográfica, serão compostos de forma paritária, na proporção de 1/4 (um quarto) dos membros a cada setor supramencionado, sendo garantindo a todos participação deliberativa."

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(aa) PÉRICLES MELLO
ÂNGELO VANHONI
HERMES FONSECA
IRINEU COLOMBO

Apoiamiento:

Nereu Moura, Ademir Bier, Waldyr Pugliesi.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda se justifica pelo fato de que os Comitês de Bacia Hidrográfica, assim como o Conselho Estadual de Recursos Hídricos as demais instâncias deliberativas do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, devem ser organizados de forma paritária, garantindo-se igual participação e poder de decisão a todos os componentes.

É princípio básico para se estabelecer uma política coerentemente democrática e eficaz, garantir igual participação a todos os agentes diretamente ligados ao processo.

EMENDA DE PLENÁRIO, EM Nº DE 20

Emenda modificativa: modifica o Artigo 30 do Projeto de Lei nº 255/98, ficando com a seguinte redação:

"Art. 30 - O Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), é composto por:

I - representantes de instituições do Poder Executivo Estadual, com atuação relevante nas questões de meio ambiente, recursos hídricos e desenvolvimento sustentável;

II - representantes dos Municípios;

III - representantes de entidades da sociedade civil relacionadas com recursos hídricos;

IV - representantes de usuários de recursos hídricos:

§ 1º - O CERH/PR será composto de forma paritária, na proporção de 1/4 (um quarto) dos membros a cada setor supramencionado, sendo garantido a todos participação deliberativa.

§ 2º - O Poder Executivo designará seus representantes através de Decreto baixado pelo Governador, sendo os demais membros indicados pelos respectivos seguimentos (municípios, entidades da sociedade civil e usuários).

§ 3º - O CERH/PR poderá, sempre que julgar conveniente, delegar competências e atribuições aos Comitês de Bacia Hidrográfica."

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(aa) PÉRICLES MELLO
ÂNGELO VANHONI
HERMES FONSECA
IRINEU COLOMBO

Apoiamiento:

Nereu Moura, Ademir Bier, Waldyr Pugliesi.

JUSTIFICATIVA:

As modificações propostas à composição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, se justificam pela necessidade de assegurar na lei, mecanismos eficazes de participação dos municípios, sociedade civil e usuários, na gestão da Política Estadual de Recursos Hídricos.

A democracia, pedra fundamental na organização do Estado brasileiro, constitucionalmente assegurada, exige mecanismos eficazes de participação de todos os segmentos sociais, participação esta, que não pode ser apenas figurativa, mas efetiva, garantida pela proporcionalidade e poder deliberativo.

EMENDA DE PLENÁRIO, EM Nº DE 21

Emenda aditiva: acrescenta-se ao Artigo 46, § 4º, do Projeto de Lei nº 255/98, alínea "c", com a seguinte redação:

"Art. 46 - ...

§ 4º ...

a) ...

b) ...

c) a gravidade do dano."

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(aa) PÉRICLES MELLO

ÂNGELO VANHONI
HERMES FONSECA
IRINEU COLOMBO

Apoiamento:

Nereu Moura, Ademir Bier, Waldyr Pugliesi.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda se justifica pela necessidade de ser considerado a gravidade do dano causado pela infração, na hora de ser aplicada penalidade por infrações cometidas.

A propósito, a gravidade do dano deve ter especial peso ao se sopesar a penalidade a ser aplicada, pois se assim não for, corre-se o risco de em algum caso a penalidade ser irrisória em ao dano causado, decorrendo em “compensar” a prática delituosa, sendo economicamente mais vantajoso pagar multa que corrigir a irregularidade.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, EM Nº DE 22

Modificar a redação do § 4º do Artigo 46, acrescentando texto conforme segue:

“§ 4º - A aplicação de penalidades previstas nesta Lei, levará em conta:

a) as circunstâncias atenuantes e agravantes, sendo a utilização de recursos hídricos como fator de produção considerada como circunstância atenuante;

b) os antecedentes do infrator.”

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(aa) ALGACI TULIO
CLEITON KIELSE
DUÍLIO GENARI
ADEMAR TRAIANO
VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

Acolher proposição da OCEPAR, conferindo tratamento diferenciado à utilização da água como fator de produção, inclusive na geração de alimentos.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, EM Nº DE 23

Adiciona § 4º ao Artigo 20, com a seguinte redação:

“§ 4º - O regulamento específico desta matéria estabelecerá formas de bonificação e incentivo a usuários que procedam ao tratamento de seus efluentes, lançando-os ao corpo receptor com qualidade superior aquela da captação, bem como aos usuários, inclusive municípios, que desenvolvam práticas exemplares de manejo e proteção de mananciais superficiais ou subterrâneos.”

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(aa) ALGACI TULIO

CLEITON KIELSE
ADEMAR TRAIANO
DUÍLIO GENARI
VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

Acolher proposição da OCEPAR, no sentido de reconhecer e valorizar comportamentos adequados quanto aos recursos hídricos, relativos ao tratamento de efluentes e conservação de solos, abrindo a possibilidade de conferir bonificações e incentivos correspondentes.

Com esta adição, o atual § 4º existente passa a ser remunerado como § 5º.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, EM Nº DE 24

Adiciona Parágrafo Único ao Artigo 17, com a seguinte redação:

“Parágrafo único - Serão respeitados os prazos de vigência de outorgas e autorizações concedidas anteriormente à publicação desta lei, sujeitando-se suas condições de validade à devida adequação aos termos dispostos pelo presente diploma legal e respectivo regulamento.”

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(aa) ALGACI TULIO
CLEITON KIELSE
ADEMAR TRAIANO
DUÍLIO GENARI
VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

Acolher proposição da OCEPAR, honrando as outorgas concedidas e em vigor, como direitos adquiridos pelos usuários de recursos hídricos.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, EM Nº DE 25

Modificar a redação do § 2º do Artigo 22, alterando a designação do Agente Financeiro do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, conforme segue:

“§ 2º - O Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR) terá como gestor a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, na qualidade de órgão executivo e de coordenação central do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR) e como agente financeiro instituição financeira oficial, incumbindo-se a Secretaria de Estado da Fazenda da supervisão financeira de ambos.”

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(aa) ALGACI TULIO
CLEITON KIELSE
VALDIR ROSSONI
ADEMAR TRAIANO
DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Diante da possibilidade de alterações na figura jurídica do Banco do Estado do Paraná, considerava-se fundamental manter os recursos públicos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos sob controle de instituição financeira oficial. Nada obsta que, uma vez instituída, pela via do regulamento da Lei, a agência de Desenvolvimento do Paraná venha a exercer este papel.

**EMENDA MODIFICATIVA
DE PLENÁRIO, EM Nº DE 26**

Modifica a redação do § 1º do Artigo 29, conforme segue:

“§ 1º - As agências de Água, ademais de observar a limitação de custos disposta no § 5º do Art. 22, deverão ter, quando instituídas pelo Estado, personalidade jurídica própria, autonomia financeira e administrativa e organizar-se-ão segundo quaisquer das formas permitidas pelo direito administrativo civil ou comercial, atendidas as necessidades, características e peculiaridades regionais, locais ou setoriais, mediante autorização, em lei, ao Poder Executivo, que aprovará, por Decreto, os seus respectivos atos constitutivos a serem inscritos no registro público, na forma da legislação aplicável.”

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(aa) ALGACI TULIO
CLEITON KIELSE
DUÍLIO GENARI
ADEMAR TRAIANO
VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

Acolher proposição da OCEPAR, no sentido de garantir a limitação de despesas de custeio do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, tal como preconizado pela lei Federal nº 9.433/97 e pelo § 5º do Artigo 22 do Projeto 255/98, em tela.

**EMENDA MODIFICATIVA
DE PLENÁRIO, EM Nº DE 27**

Altera a redação do § 3º do Artigo 22 do Projeto de Lei nº 255/98.

Parágrafo único - o § 3º do Artigo 22 do Projeto de Lei nº 255/98, passa a ter a seguinte redação:

Art. 22º -...

§ 3º - O gerenciamento operacional da aplicação de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR), rejeitar-se-á pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Paraná, submetido à prévia manifestação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica, e aprovação formal do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), de que trata esta lei.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoiamento:

Ademar Traiano, Orlando Pessuti, Nereu Moura, Ademir Bier, Antonio Annibelli.

**EMENDA MODIFICATIVA
DE PLENÁRIO, EM Nº DE 28**

Altera a redação do § 1º do Artigo 29 do Projeto de Lei nº 255/98.

O § 1º do Artigo 29 do Projeto de Lei nº 255/98, passa a ter a seguinte redação:

Art. 29º -...

§ 1º - As agências de Água deverão ter, quando instituídas pelo Estado, personalidade jurídica própria, autonomia administrativa e organizar-se-ão segundo quaisquer das formas permitidas pelo direito administrativo civil ou comercial, atendidas as necessidades, características e peculiaridades regionais, locais ou setoriais, mediante autorização, em lei, ao Poder Executivo, que aprovará, por Decreto, os seus respectivos atos constitutivos a serem inscritos ao registro público, na forma da legislação aplicável.

Sala das Sessões, em 20.05.99.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoiamento:

Ademar Traiano, Antonio Annibelli, Nereu Moura, Ademir Bier, Orlando Pessuti.

O projeto retornará à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 053/99, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, fica autorizado o Poder Executivo a criar e instalar o 1º Distrito Policial no Município de Pato Branco e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E DA C.S.P.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 122/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que estabelece a implantação de exemplar da Bíblia Sagrada, em Linguagem Braille, em todas as Bibliotecas Públicas do Estado do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.. EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J.. Em discussão a Emenda. Aprovada.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 218/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos da Banda Marcial da Guarda Mirim, com sede e foro

nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..
Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 219/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Distrito de Alto Amparo, com sede e foro no Município de Tibagi. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..
Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Exmo. Senador Antônio Carlos Magalhães. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..
Aprovado. (Publ. nº D.A. nº 46, de 17.05.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 246/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, objetiva conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Exmo. Senador Antônio Carlos Magalhães.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável, opinando-se pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.05.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, embora sabendo, a Bancada do Partido dos Trabalhadores, da intenção de V. Exa. em fazer uma homenagem ao Senador Antônio Carlos Magalhães com este título, tendo em vista as implicações políticas que envolvem notadamente o Partido dos Trabalhadores e essa relação futura que teremos por ventura um candidato a Presidente, e a Bancada dando esse título, resolvemos votar contra esse projeto, entendendo primeiro que o Senador não tem uma relação mais efetiva com o Estado do Paraná; e segundo teremos implicações políticas futuras.

Em que pese, achamos que V. Exa. evidentemente do seu Partido o Senador e tem tido, inclusive, muitas vezes o apoio da Bancada do PT no âmbito do Senado Federal, nós aqui da Assembléia Legislativa optamos pela votação contrária.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

O projeto está aprovado com voto contrário da Bancada do PT. Entretanto, esta Presidência que assinou o projeto quer dizer ao Deputado que o Senador prestou relevante serviço à causa paranaense por ocasião do projeto que visava dividir o Estado. Não só atuou diretamente, como pediu ao seu filho, na ocasião Presidente da Câmara dos Deputados, que marcasse a sessão para que o Projeto Separatista fosse rejeitado.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1007, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Justificar)

Senhor Presidente, estou entrando com este requerimento e pedindo o apoio da Assembléia Legislativa do Paraná para apoiarmos este movimento que está tendo a nível de Paraná para que Senador Osmar Dias seja o Ministro da Agricultura. Faço isso e VV. Exas., sabem muito bem que mantenho com o Senador Osmar Dias várias divergências no setor e no campo administrativo, mas acredito que é chegado o momento dos políticos paranaenses terminarem com a autofagia e apoiarmos um paranaense para ser o Ministro da Agricultura.

Tenho certeza absoluta que se conseguirmos este objetivo em levar um para o Ministério da Agricultura, quem vai ganhar é o povo paranaense. É por isso que faço este requerimento e agradeço o apoio que recebi dos Parlamentares.

O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem)

Senhor Presidente, apenas para nos somar a este requerimento do Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, em nome do PTB, também gostaríamos de fazer com que o Paraná pudesse ter lá, a nível nacional, mais um ministro, e principalmente porque conhecemos a bagagem do Senador Osmar Dias como Secretário da Agricultura aqui do Paraná, e que realmente se ocupar, ou galgar esse cargo em muito irá contribuir para a economia, acima de tudo a agricultura do Estado do Paraná.

Queremos nos somar a esse movimento, e acredito que essa vontade seja também dos demais partidos desta Casa.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, eu, enquanto Líder do PSDB, quero agradecer a iniciativa do Líder do Governo, Valdir Rossoni, pela indicação, sobretudo porque é um paranaense de ilibado conceito e sobretudo de um grande serviço prestado ao Paraná na agricultura do nosso Estado. E mais que justo

que tenhamos um Paraná, um paranaense, melhor dizendo, lá no Ministério da Agricultura, sobretudo pelos serviços já prestados ao nosso Estado, e em função sobretudo também da tendência e do perfil do Estado do Paraná eminentemente agrícola.

Me solidarizo e agradeço aos Senhores Deputados pelo apoio ao Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

Aprovado o requerimento por unanimidade.

Requerimentos nºs 993 e 994, de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 995, 1004 e 1005, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 996, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).**

Requerimentos nºs 997 a 1000 e 1002, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1003, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1008, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1009 a 1013, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1014, de autoria dos Srs. Deputados Irineu Colombo, Péricles Mello, Hermes Fonseca, Ângelo Vanhoni e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1018 a 1020, de autoria do Sr. Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1022, de autoria do Sr. Deputado Algaci Tulio, com apoio dos Srs. Deputados Duílio Genari, Tiago Amorim Novaes, Ademar Traiano e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1023, de autoria dos Srs. Deputados Edgar Bueno e Antonio Baratter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 1025, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1026, de autoria dos Srs. Deputados Edgar Bueno e Antonio Baratter, con-

stante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 983, de autoria dos Srs. Deputados Edgar Bueno e Luiz Carlos Zuk e Moysés Leônidas, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Só gostaria, Sr. Presidente de fazer um pedido ao Deputado Edgar Bueno para que retirasse este requerimento porque já estamos prestando informações ao ilustre Deputado.

O SR. EDGAR BUENO

Aceitamos a retirada do requerimento e agradecemos as informações rápidas.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

Requerimento nº 992-B, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Sr. Presidente, se V. Exa. permitir gostaria só de encaminhar pedindo aos Deputados que votassem contra este requerimento. Tenho aqui todas as justificativas para não se aprovar este requerimento porque o projeto do Deputado Neivo Beraldin é flagrantemente inconstitucional e ele está querendo anexar a um projeto do Governo e estamos encaminhando para que seja votado contrário o seu requerimento.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, gostaria de colocar ao Líder do Governo, o Deputado Neivo Beraldin não está na sessão de hoje por motivo de saúde da sua mãe. Pediria a concordância de que fosse possível retirar este requerimento da pauta de hoje devido a ausência do Deputado Neivo Beraldin.

O SR. VALDIR ROSSONI

Se assim o desejar o Presidente, concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

Adiado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Sr. Presidente confesso que não ouvi direito um requerimento lido e aprovado endereçado ao Governador Álvaro Dias. Me parece que seria congratulações à proposta de Emenda Constitucional, por ele apresentada no que se refere a redução do número de Deputados, estaduais, federais e vereadores.

Peço se possível, que de conhecimento ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

O requerimento não se refere a emenda constitucional, é um requerimento em relação ao que estabelece a obrigatoriedade de um mínimo de 2% do BNDS para o setor de agro-indústria.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Esse projeto inclusive tivemos conhecimento dele, é um projeto que merece ser por nós enaltecido.

Quanto a proposta de emenda constitucional reduzindo o número de Deputados estaduais, federais e vereadores, faço, verbalmente agora, mas pretendo fazer na próxima semana, se necessário, por escrito, uma sugestão à Presidência dessa Casa, a Comissão Executiva, para que convide o Senador Álvaro Dias para que venha até este Parlamento fazer uma explanação de toda a sua proposta de emenda constitucional, para que todos possamos conhecer, por inteiro, o conteúdo, a intenção, o mérito desse projeto que pretende reduzir número de Deputados estaduais, federais e vereadores.

Então, é uma proposta, uma sugestão, se for do entendimento de V. Exa. poderemos subscrever na sequência, para que o Senador Álvaro Dias venha até este Parlamento como convidado para prestar maiores esclarecimentos desse Projeto, proposta de emenda constitucional.

O SR. ALGACI TULIO (Questão de Ordem)

Sr. Presidente, também sugiro na mesma oportunidade, que a própria Casa, confirmada a vinda do Senador Alvaro Dias, espessa convite a todas as Câmaras Municipais do Paraná, para que os Srs. Vereadores também venham até aqui tomar conhecimento deste processo, desta iniciativa, ao mesmo tempo que estranhemos que o Senador Alvaro Dias, com todo respeito, tenha excluído da sua proposta o Senado da República.

Entendemos que o Senado, hoje, é praticamente uma casa desnecessária, porque quando se quer que se reúna Senado e Câmara Federal, se transforma em Congresso e se discute as grandes questões brasileiras.

Acho que na hora que se extinguir o Senado da República, quem sabe aí sim tenhamos uma grande diminuição de recursos gastos com os Legislativos.

Além do que, que se faça uma proposta. Aliás, era a proposta do então candidato a Senador Tony Garcia, que dizia que se fosse ao Senado iria acabar com os 8 anos. Então, vamos acabar com essa história de 8 anos, quem sabe diminuir o número de senadores por Estado. Ao invés, de dois um, ou então, cada Estado ter o seu Senador que seria um total de 27.

Por isso tenho certeza, a proposta do Senador alcançaria um destaque e um acolhimento maior de toda a comunidade brasileira.

Quando o Deputado Pessuti apresentar o seu requerimento, V. Exa. poderá apresentar o seu também, colocando os Vereadores.

Explicações Pessoais:**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)**

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado Irineu Colombo, inscrito.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tivemos discutido e aprovado um requerimento nessa sessão, que trata dos produtos transgênicos. O Deputado Antonio Baratter começou a tratar esse assunto nesta Casa, teve mais dois outros projetos: da Bancada do Partido dos Trabalhadores e um projeto do Deputado José Maria Ferreira, o que me consta até o momento. E aprovamos o requerimento em que apenas esses dois projetos ao projeto do Deputado Antonio Baratter que deve produzir a discussão em cima dos transgênicos.

Todos sabem que essa discussão dos produtos geneticamente modificados para que muitos entenda, - por exemplo -, uma soja tem algumas proteínas animais dentro dela que faz com que essa planta seja um misto de planta e um pouquinho de animal dentro dela. E não se tem ainda estudos definitivos sobre a questão, não se tem pesquisas aprofundadas, há dúvidas. A FETAEP, FAEP, tantos outros organismos, a própria Secretaria de Estado da Agricultura, emitiu alguns documentos, à maioria deles contrário a que o Paraná tenha essa produção de soja transgênica e outras plantas. E deveremos tomar uma postura com relação a isso.

A semana que vem estarão aqui, representantes de entidades ligadas à agricultura familiar. E deveremos discutir - estamos propondo ao Deputado Antonio Baratter, para que ele tome frente a essa discussão, juntamente com as entidades organizadas, os agricultores que não querem produtos transgênicos. São os pequenos agricultores do Paraná, da agricultura familiar que são contra. Temos informações da Revista Isto É, que o maior produtor de soja do Brasil, o Maggi, também já tem uma postura contra, tendo em vista mercados internacionais, tendo em vista a questão de ser prisioneiro da Mon Santo, que é a empresa que vai oferecer essa soja para o plantio. Enfim, há dúvidas no ponto de vista da pesquisa, há dúvidas no ponto de vista ambiental, ao consumo e a produção dessa soja transgênica e outros produtos transgênicos.

Acho pertinente que essa Casa discuta com bastante velocidade essa questão.

Por última, na mesma linha de discussão do Deputado Orlando Pessuti e Algaci Tulio. Essa Assembléia tem sido uma das Assembléias que menos gasta em termos orçamentais do Brasil. E se colocar proporcionalmente os Deputados é a menor em custo. Concordo com o Deputado Algaci Tulio que, na medida em que o Senado é uma Câmara revisora, onde as decisões principais sendo estão na Câmara dos Deputados, e tendo em vista que o Brasil é uma democracia consolidada, devemos estudar a necessidade do Senado de continuidade. Ou então apenas um Senador. E sabemos que o orçamento do Senado com oitenta e um Senadores, equivale ao Orçamento da Câmara Federal com 513 Deputados. Temos que discutir a questão do Senador, quando um Senador propõe rediscutir os gastos da Assembléia. Atinge a Assembléia Legislativa do Paraná de frente. Um Senador do Paraná não está considerando a Assembléia do Paraná como uma das Assembléias que menos gasta no Brasil.

Muito obrigado!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Apenas para fazer uma colocação com relação o que fala o Deputado Irineu Colombo. Faço muito mais do que Deputado, mas também como engenheiro agrônomo que sou.

É com relação aos transgênicos que tramita nessa Casa um projeto de lei do Deputado Antonio Carlos Baratter que proíbe a comercialização, a produção de produtos transgênicos aqui no Estado do Paraná. Há três dias atrás o Ministério da Agricultura liberou a comercialização e a produção dos produtos transgênicos no Brasil. Especialmente com relação ao caso do soja, liberou em sete Estados, especialmente aqui no Paraná que é o maior Estado produtor de soja no Brasil.

Bom, transgênico quer dizer qualquer ser vivo que tenha mutação na sua carga de gens. No caso do soja, o que aconteceu é que fizeram, através da alteração genética, a possibilidade do soja resistir à aplicação de um herbicida chamado Handap, que, através da Monsanto, foi desenvolvido a sua composição através de pesquisa. Onde as variedades de soja chamada Handap Haidin resiste à aplicação desse produto.

É uma questão que deve ser discutida, porque a bactéria introduzida no soja para que haja a sua mutação genética não altera substancialmente a sua composição. O que há em jogo aqui é que a Comunidade Européia se nega comprar os produtos modificados geneticamente. Também não se pode proibir que o tomate, por exemplo, tenha a sua mutação genética modificada, já que a mutação genética acontecida no tomate é altamente salutar,

tanto para a cultura, como para a sua comercialização. É algo que deve ser discutida profundamente, não se pode ter uma posição rápida e conclusiva. E digo mais, o que está acontecendo no Brasil é uma discussão muito rápida. A CTN Built que permitiu, através de um parecer técnico a comercialização dos produtos a nível nacional, não teve a análise suficiente, na minha opinião, para ver os prós e os contra, com relação a questão do organismo geneticamente modificado. Acho que o Paraná, e iria falar na sessão anterior, no dia que saiu a aprovação através do Ministério, acho que o Paraná tem que tomar uma posição com relação os produtos geneticamente modificado. E tem que ser uma posição obviamente, tecnicamente embasada e que não seja uma posição discriminatória porque isso pode obviamente limitar o avanço da engenharia genética que em muitos casos ajuda, e em outros casos é desconhecido. E nesse caso especificamente do soja, Deputado Colombo, por ter reflexão na economia do Paraná e que nós obviamente temos que discutir isso nessa Assembléia, através dos projetos que estão em tramitação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 001 e 122/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 067 e 204/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 235, 242, 243 e 245/99.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADO A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 20 DE MAIO DE 1999.

“Trecho da entrevista, com o Sr. Celso Furtado, à revista - Visões da Crise.”

Revista pertence à Associação Sindicato e Instituições dos Economistas Brasileiros.

- *Como se poderia pensar a continuidade de um processo de construção nacional?*

- Toda a nossa política econômica deveria olhar para o crescimento do mercado interno, que é a forma de pensar nos salários, por exemplo. Nosso desenvolvimento tem que privilegiar as necessidades do país. A inserção internacional é importante por muitos motivos: pode completar nosso potencial, dar maior flexibilidade à economia, facilitar o acesso à tecnologia moderna e outras coisas. Mas é o creme de *chantilly*. A massa do bolo é o desenvolvimento do mercado interno. Ele é que pode sustentar o país a longo prazo. Mesmo hoje, não obstante todas as dificuldades, o mercado interno movimenta 90% da nossa economia.

O que estou dizendo nada tem a ver com isolamento. Durante o período em que o Brasil teve políticas bem definidas para prestigiar seu mercado, potencialmente muito grande, as grandes empresas do mundo quiseram vir para cá. Hoje,

com a economia nacional sendo desconstruída, o esforço para trazê-las passa por outros caminhos, muito perversos. **Oferecemos favores incríveis, absurdos, para criar indústrias de automóveis para exportação. Os estados estão dando um dinheirão para instalar essas empresas, mas não tem dinheiro para criar emprego e investir em gente. Essas políticas me deixam perplexo. Há algo errado em um país que subsidia a instalação de tantas montadoras de automóveis. Na Europa, dificilmente existem mais de duas num mesmo país. Querem atrair umas dez para cá, na base do favor. Tantos favores podem estimular que amanhã essas empresas sejam abandonadas com facilidade pelas suas matrizes, pois elas estão custando muito barato. Se sua implantação não custa nada, abandoná-las também não custará nada. Usar o dinheiro público para fazer isso não é capitalismo, é banditismo.**